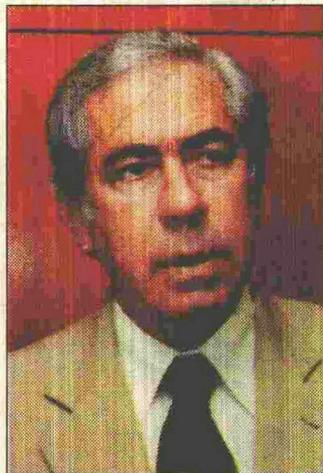


Autonomia do DF em perigo

31 AGO 2003

Arquivo JB

JORNAL DO BRASIL



SIGMARINGA SEIXAS

DEPUTADO FEDERAL (PT-DF)

Em 1996, Francisco Escórcio, então suplente de senador pelo Estado do Maranhão, assumiu parte do mandato e apresentou uma proposta de emenda à Constituição - a PEC 56/96 - visando a criar um novo estado brasileiro, o do "Planalto Central".

A proposta reduz os limites do atual Distrito Federal e fixa Brasília como capital da República, mas desprovida de autonomia política. O que ele quer é, digamos, uma "desemancipação" política do DF.

Além do retrocesso que a medida representa, sua principal justificativa seria o insuportável crescimento da despesa do DF para atender à demanda por serviços públicos locais pelas cidades de Minas Gerais e de Goiás, que formam um cinturão geoeconômico com as cidades-satélites, o chamado Entorno do DF. Se o Entorno é uma realidade que preocupa bastante, do ponto de vista socio-econômico, é certo, todavia, que não será

solução alguma a criação de um novo estado da Federação, abrigo tanto as satélites do atual DF quanto o Entorno, tendo por capital Taguatinga, conforme proposto. Será um novo problema. A solução consiste, por ora, em ações coordenadas dos governos envolvidos.

Há duas verdades como pano de fundo de tal proposta. A primeira se refere à questão das desigualdades inter-regionais. O Brasil, como tantos outros países, é pródigo nessa situação de diferença dos níveis de desenvolvimento entre suas regiões geoeconômicas. Mas, esse problema se agrava pela existência de desigualdades intra-estaduais, tanto ou mais dramáticas que aquelas. Estas, sim, são encontráveis mesmo nos países desenvolvidos.

Ora, porque o DF apresenta desigualdades internas, a solução não está na mudança de sua organização político-administrativa. Se esta fosse a solução adotada, no Brasil, e em todos os países que enfrentam problemas semelhantes, os mapas geográficos estariam em permanente redesenho. E os problemas, certamente, permaneceriam.

A segunda verdade é que, sendo os "entornos" fenômenos regionais não restritos ao DF, as propostas de redivisão territorial da Federação brasileira, que lamentavelmente vão tomando corpo no

Congresso Nacional, significam mesmo é expediente para o fortalecimento de grupos políticos locais pouquíssimo interessados em democracia. Isto porque, muitíssimo interessados estão na dominação permanente dos feudos políticos que essas pseudo reorganizações político-administrativas propiciam, embora não tenha sido esse o propósito que motivou o senador Escórcio a propor a referida PEC. Mas, a grande preocupação é com a simples idéia de supressão da autonomia política do Distrito Federal, duramente conquistada com a

Constituição de 1988. Querem cassar novamente o mais natural dos direitos da cidadania, que é o do voto popular para a representação política e para a escolha dos

"Querem cassar o mais natural dos direitos da cidadania"

governantes? O cidadão do DF repudia qualquer tentativa nesse sentido. Na Assembléia Nacional Constituinte, tive o privilégio de representar o DF como Deputado-Constituinte. Fui relator do capítulo que tratava "Da União, Distrito Federal e Territórios". Ali, conseguimos aprovar o anteprojeto que estabelecia a autonomia política do DF, hoje vigente na forma do art. 32 da Constituição Federal. Se já lutamos por essa conquista, lutaremos pela resistência invencível, se necessário.

Vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados